

3

A auratização moderna do livro

No capítulo anterior, discutimos como ocorreu o avanço das técnicas de escrita, com o desenvolvimento do alfabeto e do letramento da sociedade ocidental que culminam com esta opção pelo sentido da visão, como iria dizer McLuhan, e que teve (e ainda tem) o livro como um dos principais meios de registrar, armazenar e transmitir por inúmeras gerações o conhecimento humano. Logicamente, um objeto que só poderia desenvolver-se como produto da sociedade letrada. A constituição do livro como objeto, tal como verificamos no primeiro capítulo, ocorre em um período em que a imprensa ainda não havia sido criada pelo alemão Gutenberg. Os textos escritos eram transmitidos, conservados e consagrados de geração para geração sob a forma de texto manuscrito. Somente no final do século XV a tipografia inaugura o que os teóricos da Escola de Frankfurt denominam como a reprodutibilidade técnica do objeto cultural, nesse caso a do livro, que, até Gutenberg, por seu modo de produção artesanal, preservava o caráter singular, ou nos dizeres de Walter Benjamin, autêntico; aurático.

Benjamin, em *A obra de arte em sua reprodutibilidade técnica*, afirmaria que em princípio toda obra sempre foi reproduzível. “O que os homens faziam sempre podia ser imitado por outros homens.” (1985, p.166). A imitação dos originais era praticada por discípulos, por um lado, para garantir a difusão da obra, e por terceiros interessados nos lucros que poderiam obter com a comercialização das cópias. O teórico fazia uma advertência: a autenticidade dos objetos seria extinta com a reprodutibilidade técnica. Seguindo seu pensamento, pode-se dizer que o livro reproduzido em larga escala pela imprensa estaria se distanciando do seu original, e se constituindo como bem impossível de ser classificado como aurático, posto que a autenticidade seria um dos elementos que justificariam a aura do objeto.

A aura, que era assegurada no entender de Benjamin, pela unicidade e autenticidade do objeto único, poderia ter sido deslocada (em vez de liquidada)

para as representações do livro impresso, já que passa a ser reproduzível tecnicamente? Poderia este novo livro portar ainda uma aura, sendo ele um produto, mais um bem de consumo entre tantos outros?

Da queda do Império Romano até o século XII, o livro manuscrito se encontrava no que os historiadores chamam de sua fase monástica. Os mosteiros e outros estabelecimentos eclesiásticos detinham o controle sobre a cultura livresca. Como sabemos, os textos eram controlados pelos letrados da Igreja, que monopolizavam o conhecimento e operavam como os verdadeiros editores daqueles tempos. Eles eram os responsáveis por decidir que obras deveriam ser recuperadas, quais mereceriam ser mais difundidas, isto é, aquelas que viriam a ser reproduzidas pelos copistas em tiragens que podiam chegar a 500 exemplares de cada original.

As técnicas de reprodução e edição dos livros naqueles tempos eram incipientes. Os monges na Idade Média herdaram os cuidados editoriais que os bibliotecários de Alexandria haviam iniciado no começo da Era Comum, mas, ainda assim, como cada texto original reproduzido era ditado em voz alta para a sua transcrição pelos copistas, as cópias diferiam muito umas das outras. Um trabalho que não raras as vezes os monges-editores precisavam realizar era o estabelecimento de versões definitivas para diferentes cópias de um mesmo original que muitas vezes haviam sido publicadas (leia-se copiadas) em momentos e forma distintos.

Até o século XII, este sistema coordenado pelos monges funcionou de forma satisfatória em razão da pequena parcela letrada da população européia, apesar de ter sido responsável por haver restringido os textos que deveriam nos ser legado, limitando-os ao conjunto de ensaios que as autoridades eclesiásticas acreditavam ser importantes. Para estes monges, a escritura não era apenas uma atividade como as outras; tratava-se antes de tudo de um dom de Deus: “O letrado não toca na escrita a não ser pelo comentário da paráfrase; uma análise desconstrutiva pareceria profanadora” (Zumthor, 1993, p.112).

Como vimos no capítulo anterior em que abordamos a questão da escrita, antes de Gutenberg muitas vezes os livros se confundiam com o Livro. A palavra escrita se apresentava às vezes como a Palavra. O Livro Sagrado – a Bíblia –, considerado a expressão do Verbo Divino, constituía e era entendido como a

prova viva da Palavra de Deus. As obras religiosas, portanto, se revestiam de uma santidade e mantinham o livro, objeto, sob o domínio da tradição. Parcela muito pequena da sociedade européia dominava até o século XIII as técnicas da leitura e da escrita. Nesse sentido, Platão pode ser considerado um profeta por ter se preocupado em seus escritos com o poder que seria conferido ao homem com o desenvolvimento da escrita e a invenção do alfabeto e o conseqüente avanço do registro por escrito.

Foi a partir da segunda metade do século XIII que a produção e comercialização do livro manuscrito cresceria de forma mais significativa no Ocidente, devido a uma também crescente demanda por novos textos. No final do século XII, profundas mudanças no seio da sociedade medieval européia iriam alterar a partir daquele momento o que havia sido até então entendido como o interesse humano pelos livros. Mudanças que se relacionavam principalmente com a fundação das universidades e o crescente desenvolvimento da instrução entre os leigos. Mas a escrita e o livro não perderiam o poder que adquiriram com a sacralidade, e por que não dizer, da aura do Livro Sagrado. Segundo Paul Zumthor (1993), “a cultura ocidental, à medida que, desde o século XII, se laicizava, transferia assim aos detentores da escrita a velha concepção teológica do Locutor divino” (p.280). Até pelo menos o século XIII, encontram-se fórmulas de julgamento e adivinhação pelo livro. “O livro é então funcionalizado mais como objeto ritual do que como escritura”. Não foi à toa que, em Paris, em 1240, o Talmude (um dos livros sagrados do judaísmo) fora queimado publicamente como se fosse um herege. Zumthor se questiona sobre a importância da escritura, no momento em que esta sociedade, ainda não totalmente dependente pela escrita, toma a decisão de punir os livros:

Provocadas entre os iletrados, não menos que entre os sábios, pela escritura na sociedade medieval, essas atitudes e práticas tão diversas não teriam um substrato mental comum, alguma coisa como a percepção de uma espécie de sobre-humanidade – ou desumanidade – da escritura? (1993, p.114).

Formava-se uma nova classe burguesa que iria buscar a educação por intermédio do letramento e do livro. Os centros de vida intelectual se deslocaram então dos *scriptoria* medievais para as universidades, onde os eruditos, os

professores e os estudantes organizariam um intenso comércio de livros manuscritos.

Com a criação dos centros universitários, passaria a se demandar uma produção maior de textos que deveriam ser discutidos nas salas de aula. “Para preparar suas aulas, os professores vão precisar de textos, de obras de referência, de comentários. (Sabe-se a importância que ocupa no ensino medieval a glosa, a discussão, o comentário de um texto que tinha autoridade e isso em todos os ramos do conhecimento.)” (Febvre & Martin, 1992).

O surgimento e o crescimento da importância das universidades é uma inovação no campo cultural por demais relevante para se entender a expansão da cultura livresca no Ocidente. Quando surgem as universidades, os textos disponíveis ainda precisavam ser copiados, ou por monges ou por copistas particulares, a fim de que fossem consumidos por professores e alunos. O ensino universitário baseou sua atuação sobremaneira na leitura e debate de textos, uma arte que ficou conhecida como a *disputatio*. Acalorados debates eram promovidos dentro das salas de aula após as leituras dos textos.

Para garantir a circulação dos textos no ambiente das universidades, desenvolveu-se o sistema das *peciae*, que aceleraria a capacidade de copiá-los e permitiria às universidades exercerem um controle econômico e intelectual sobre a circulação de livros, até aquele momento manuscritos.

Como funcionava o sistema das *peciae*? Tratava-se de um sistema de empréstimo de manuscritos controlados e revistos, organizado pelas universidades com o objetivo de garantir a qualidade editorial das cópias que eram realizadas – sem alteração do texto original e sem especulação abusiva por parte dos copistas. O manuscrito modelo, o *exemplar*, era emprestado pelos *stationarii* (livreiros localizados no interior das universidades e empregados dela) ao aluno, que podia alugar apenas um caderno desse exemplar por vez. O preço do aluguel das peças era fixado pela universidade. O texto, por ser emprestado em peças, em cadernos, permitiria uma maior velocidade de cópia de um mesmo original a diferentes alunos, uma vez que um mesmo modelo podia estar sendo copiado por diferentes alunos ao mesmo tempo, desde que tivessem alugado diferentes peças do texto. Esse sistema contribuía também para que houvesse um controle permanente dos

textos que podiam ser divulgados e lidos pelos alunos, já que a universidade era a responsável pelo estabelecimento e sucesso dessa disseminação das obras.

A dificuldade de multiplicação do original – pelo tempo que era demandado para se realizar a cópia – resultaria na criação da tipografia. O papel, insumo necessário à impressão de textos nas oficinas, já havia sido introduzido na Europa, se desenvolvido como suporte para a confecção de textos manuscritos e se adaptaria muito bem a esta nova forma de produção/reprodução dos escritos. A grande vantagem do papel sobre outros suportes que o precederam, como o pergaminho, era a facilidade de fabricação e obtenção do trapo, que era a sua matéria-prima. O pergaminho, ainda que mais resistente, precisava ser obtido a partir da pele de veado novo; era mais complicado de ser produzido pela própria necessidade de se matar o animal a fim de retirá-lo a pele.

Do século XIV – quando começa a ser utilizado – até o século XVIII, a técnica de preparação do papel evoluiu muito pouco. A sua matéria-prima em todo esse período era o trapo, que, triturado em água ensaboada, aquecido e depois enformado, transformava-se em folha alva para as prensas modernas. Para garantir a manutenção da produção de papel, freqüentemente os papeleiros recorriam aos trapeiros, responsáveis por apanhar os trapos em locais remotos. “À medida que um centro produtor se desenvolvia, o trapo tornava-se mais raro e era preciso procurá-lo mais longe” (Febvre & Martin, 1993, p.51).

Agudizaria-se, no século XVIII, a crise de matéria-prima que desde o século XVII já podia ser sentida na França e em outros países europeus. No começo desse século, portanto, eram iniciadas pesquisas para a substituição do trapo por outro material para a obtenção do papel. Mas foi somente em 1844, ou seja, no século seguinte, que uma massa mecânica de madeira foi adicionada à dos trapos criando a fórmula da palha, que, por volta de 1860, substituiria definitivamente o trapo para a fabricação do papel. Esta tecnologia baratearia o custo de confecção do papel e foi um dos principais fatores relacionados com a produção para a disseminação do livro pela Europa.

O livro impresso, feito de trapo ou de madeira, em seus primórdios conhecido como incunábulo, tinha praticamente a mesma feição do livro manuscrito. Os primeiros impressores levavam ao extremo a preocupação em imitar os manuscritos. Eles não tinham o intuito de promover a dissociação

estética entre o livro manuscrito e o seu sucessor. A famosa Bíblia de 42 linhas, impressa por Gutenberg, havia sido composta com os mesmos caracteres da escrita manuscrita dos missais da região renana. Os tipos escolhidos para os textos impressos eram os consagrados e instituídos pela tradição manuscrita. As iniciais do livro impresso continuariam por algum tempo a ser rubricadas a mão, da mesma maneira que os calígrafos faziam com os manuscritos.

Os historiadores Lucien Febvre e Henry-Jean Martin, em *O aparecimento do livro*, defendem a hipótese de que talvez fosse um desejo do impressor “enganar” o comprador da obra, uma vez que o leitor dos primeiros tempos de indústria tipográfica se receava do novo processo. Segundo os autores, os impressores conseguiam imitar as formas do livro manuscrito tão bem que “um profano deveria examinar com bastante atenção uma obra antes de determinar se ela é impressa ou escrita a mão” (1992, p.117). A maior parte dos estudos feitos sobre a imprensa tem apontado, com toda a propriedade, a indicação das páginas de rosto como sendo a mais significativa das novas características associadas ao formato do livro impresso, em relação ao texto que se apresentava sob a forma de manuscrito (Eisenstein, 1998, p.89).

Vespasiano da Pisticci foi um mercador florentino de livros que ganhou certa notoriedade entre os poetas humanistas, e que passou a ser chamado por eles de o “príncipe dos editores”. Em suas memórias, ele escreveria que um livro impresso se sentiria envergonhado em companhia de livros manuscritos ricamente encadernados. Vespasiano teria que encerrar sua brilhante carreira de livreiro em 1478, porque se negava a comerciar livros impressos. A sua observação que desdenha o livro gutenberguiano era preconceituosa, uma vez que os leitores do século XV passariam pouco a pouco a preferir o livro originado da prensa. Eisenstein se utiliza da expressão “devaneios nostálgicos e irrealizáveis”, para explicar o rechaço do famoso mercador aos livros que se industrializavam (1998, p.35).

Os bibliófilos florentinos já mandavam comprar livros impressos em Roma, desde 1470. Sob a direção de Guidobaldo da Montefeltro, a biblioteca ducal de Urbino adquiriu edições impressas e mandou-as encadernar com as mesmas capas magníficas então usadas para os manuscritos. A mesma corte patrocinou o estabelecimento de uma impressora pioneira em 1482.

Mesmo com uma aparente continuidade na passagem do manuscrito para o impresso em relação à forma de apresentação do livro, o *modus operandi* de fabricação de um livro sofreria com a imprensa uma drástica mudança. “A ausência de quaisquer mudanças visíveis no produto combinava-se com uma mudança completa nos modos de produção, dando origem a uma combinação paradoxal de continuidade aparente e mudança radical” (Eisenstein, 1998, p.37).

O homem apenas passaria a controlar a máquina, esta sim responsável pela impressão das folhas de papel do livro impresso. Até então o artesão copista, o ilustrador ou o próprio livreiro eram senhores do processo de produção que fazia o texto manuscrito repousar sobre uma capa, sob a forma de códice. Segundo Lewis Munford,

a imprensa exemplifica a transição ampla, que continua em nossos dias, do instrumento para a máquina manual e da máquina para o dispositivo auto-regulado completamente automático, em relação ao qual, no fundo, fica eliminada quase toda a intervenção da pessoa humana, exceto mesmo, no início, na programação dos trabalhos e no final, no consumo do produto. (...) Ela demonstra no curso do seu próprio desenvolvimento como a arte e a técnica podem ser integradas, e como é necessário, mesmo para o desenvolvimento técnico, fazer com que a pessoa que preside ao processo se possa constantemente ir refrescar às fontes da vida das quais o símbolo, nas formas mais puras, emerge (Munford, 2001, p.62).

Nas primeiras décadas de funcionamento, os prelos europeus estiveram associados aos poderes divinos que eram a eles atribuídos. Eles permitem uma circulação da escrita numa escala inédita. Eisenstein (1998) confirma: “Quer vissem a nova arte como dádiva ou maldição, quer a atribuíssem a Deus ou ao Diabo, o fato é que o aumento inicial de produção impressionou os observadores contemporâneos como sendo algo notável, a ponto de sugerir uma intervenção sobrenatural” (p.36). Portanto, o livro perderia a aura benjaminiana, uma vez que não era mais a expressão da “aparição única” de um objeto, mas a própria invenção da tipografia já sugeria uma nova aura para esse livro reproduzível, que emergia do próprio encantamento com os poderes atribuídos à nova tecnologia. O texto sob a forma de livro tipográfico passaria a portar um dos dons de Deus: a onipresença. Ele se deslocaria das cortes européias, que encomendavam livros manuscritos sob encomenda para os escribas da Idade Média, para o mundo, com a tipografia. “Após Gutenberg, é toda a cultura do Ocidente que pode ser

considerada uma cultura do impresso” (Chartier, 1990, p.139). Os produtos dos prelos e da composição tipográfica não eram reservados, como na China ou na Coreia, ao uso das administrações e dos cleros; irrigavam todas as relações, todas as práticas.

Os números relativos aos primeiros livros impressos dão indicações de que esta nova arte tenha servido ao clero como uma “arte divina”. A Bíblia *pauperum praedicatorum*, por exemplo, surgiu, nesses primeiros momentos, como uma bíblia ilustrada com o objetivo atingir os pobres pregadores, possuidores de escassos conhecimentos de latim, mas que utilizavam as ilustrações como guias. Cerca de 45% dos livros impressos até 1500 eram obras religiosas. Depois vinham os demais temas: 30% eram livros clássicos, de caráter literário, um pouco mais de 10% de livros de direito, e 10% eram os de caráter científico.

Numa época em que a maioria dos leitores era de clérigos, a impressão da Bíblia e de outras obras inspiradas nela se tratava de negócio rentável, como até hoje o é (mas esse tema será aprofundado no próximo capítulo). As primeiras grandes realizações da imprensa foram a produção de duas Bíblias: a de 36 e a de 42 linhas. Portanto, os livros continuariam recebendo as honrarias do período manuscrito, sendo auratizado também porque, em sua maioria, divulgavam textos sagrados.

Além de tornar a Bíblia diretamente acessível a um número maior de leitores, uma das principais tarefas da imprensa, em seus primórdios, foi fornecer aos estudantes e aos doutores das universidades os grandes tratados do arsenal escolástico tradicional: clássicos da filosofia e da teologia medieval, que se destinam a este público muito mais restrito que os interessados nos textos religiosos, mas não menos importante: “Vários milhares de estudantes em Paris, e mesmo em Colônia; para eles, os editores empreendem a edição das obras que figuram no programa e daquelas que constituem os instrumentos de trabalho indispensáveis aos estudos (p.358)”.

3.1

A ascensão de uma nova classe de “homens de letras”

No início da Idade Moderna, surge no interior dos centros universitários uma quantidade expressiva de estudiosos e homens de letras que se destacam pelos trabalhos realizados nos campos da erudição e das ciências. O campo acadêmico-científico passaria por uma mudança fundamental. Antes da imprensa, os textos que circulavam eram considerados nada mais do que cópias adulteradas em relação a um original. Com o trabalho realizado dentro das oficinas tipográficas, os textos começaram a apresentar-se crescentemente em edições melhoradas. Essa transformação do modo como se apresentava o texto ao público, com um maior cuidado editorial desenvolvido nos centros impressores, iria gerar efeitos positivos sobre a totalidade da Comunidade do Saber.

“O Poder que a Imprensa nos confere de aperfeiçoar e corrigir continuamente nossos Tratados em edições sucessivas parece-me a principal vantagem dessa arte”, diria David Hume ao seu editor. Trata-se de uma importante observação desse expoente do Iluminismo em relação aos efeitos da tipografia sobre seu trabalho intelectual. A máquina impressora irá formar gerações de estudiosos e conseqüentemente justificará o poder que as pessoas atribuem a ela na consolidação de uma modernidade baseada no protagonismo do livro entre os demais meios de comunicação.

Discute-se se o hábito de leitura silenciosa de um texto seria uma inovação que acompanha a introdução da imprensa e o maior consumo de livros, que é uma de suas características. Haveria sido equivocadamente atribuído à imprensa o desenvolvimento desse costume, uma vez que, na época dos escribas, já havia se verificado a leitura em silêncio entre grupos alfabetizados. Mas, se por um lado, o livro tipográfico não pode ser intrinsecamente associado à contemplação individualizada do texto, por outro, provocou um emudecimento, ou melhor, um silenciamento dos professores. Eles passaram a utilizar-se menos da palavra falada, quando perceberam que poderiam ser beneficiados, com seu carisma pessoal engrandecido, pela palavra impressa. O que isto quer dizer? Os professores não falam em uma sala de aula de uma sociedade baseada na cultura impressa?

Não é exatamente isso. É lógico que a profusão de textos impressos contribuiu para o emudecimento desse personagem, que antes baseava a transmissão do seu conhecimento por meio de palestras em aula. Com a difusão da tecnologia da imprensa, nota-se uma multiplicação, antes inimaginada, dos textos. Se cada professor é um especialista em uma disciplina e domina as técnicas da escrita, ele muitas vezes vai acabar transformando-se também em autor. O livro, quando incorpora a tecnologia tipográfica no processo de sua fabricação, garante esta possibilidade aos literatos: a de escrever seus próprios textos e publicá-los sob a forma de livro. O veículo livro permite o culto à personalidade do erudito, intelectual escritor que passa a ser eternizados em seus escritos. É comum dizer-se que, por meio dos livros, somos capazes de penetrar na alma dos escritores. Como iria dizer Stéphane Mallarmé¹², o mesmo que um dia sonhou com um tipo de livro diferente, “tudo no mundo existe para algum dia terminar em um livro”.

Do século XV ao XVIII, os acadêmicos se denominavam a si mesmos como cidadãos da “República das Letras”. Em realidade, não existia um espaço territorial onde os literatos habitavam. Este termo foi por eles cunhado, pois se sentiam pertencentes à comunidade das letras, uma sociedade imaginária que transcendia as fronteiras nacionais. Os letrados formavam um grupo de estudiosos leigos cultos, em geral médicos e advogados, habitantes das cidades.

Foi somente com a formação das grandes cidades europeias e o incremento das atividades que se ligavam às universidades que este grupo se tornaria visível, já que esses primeiros letrados europeus eram vinculados às instituições de ensino universitário. Em meados do século XVII, por exemplo, era comum, embora ainda fosse arriscado, escritores e estudiosos que viviam da própria pena, numa mistura de patrocínios e publicações:

Por volta de 1600, era claro um processo de diferenciação estrutural entre os letrados europeus. Os escritores formavam um grupo semi-independente, sendo sua crescente autoconsciência marcada, como na França do século XVII, pelo uso cada vez mais freqüente de termos como *auteur* (autor) e *écrivain* (escritor). Um

¹² O *livre* de Mallarmé seria diferente da concepção ocidental de livro. O sonho do poeta era propor um novo tipo de livro, que apenas recentemente com a internet pudemos imaginar como seria. Ele queria um *livre a venir* (livro do futuro), em que o conteúdo não ficasse preso ao modelo de escritura convencional. O texto teria uma forma móvel, as páginas não obedeceriam uma ordem fixa, uma obra inacabada, isto é, sem começo ou fim, em constante processo de reelaboração.

grupo pequeno mas influente pode ser apresentado na linguagem de nossos dias como “intermediários da informação” como “administradores do conhecimento”, porque tentavam organizar o material, além de coletá-lo (Burke, 2003, p.31).

No século XVIII escrevia-se e lia-se cada vez mais. O consumo de livros, assim como o de outros objetos que eram confeccionados para serem comercializados, só conseguiria expandir-se graças ao crescimento das classes médias burguesas alfabetizadas. Como destaca Darnton, o alfabetismo de adultos franceses do sexo masculino subia de 29% em 1686-90 para 47% em 1786-90. Se os europeus passaram a alfabetizar-se, também adquiriram aos poucos o hábito de comprar livros. O pesquisador germânico Walter Wittmann havia realizado um estudo no qual obteve o seguinte dado: no final do século XVIII em Frankfurt 100% dos funcionários mais graduados, 51% dos comerciantes, 35% dos mestres artesãos e 26% dos artesãos já possuíam livros.

Quando hoje associamos o livro impresso a um objeto privilegiado de leitura, indiretamente estamos nos remetendo a este imaginário construído em torno dele: de um objeto do mundo escolar, ou que, utilizado na escola como apoio no ensino dos diferentes saberes, acaba recebendo um papel de destaque na formação do intelectual moderno. O livro impresso deveu em grande parte o seu sucesso a esta função de desenvolvimento do intelecto humano desde a mocidade por meio da escola: “Sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade” (Zilberman, 2001, p.121).

O conhecimento gerado e mediado na escola continua até hoje dependente do livro. Se por um lado existe consenso a respeito do papel fundamental e, pela maioria dos teóricos da educação, insubstituível do livro na primeira alfabetização formal, há uma crítica dura também no que se refere à maneira como a escola se apega ao livro: “A escola continua a utilizar-se do livro, apenas. Como se todo o conhecimento emergisse dele e fora dele não houvesse salvação. Todas as etapas de aprendizagem têm como parâmetro a leitura da linguagem escrita, e o saber livresco, repetido pelo aluno” (Baccega, 2002, p.6).

A escola por servir-se apenas do livro desconhece a cultura da imagem e das oralidades:

A leitura da imagem é mais livre, o poder de absolutizar o entendimento fica restringido. Por isso, o medo que a escola tem da imagem e, portanto, da televisão, que se utiliza de uma linguagem que sincretiza o verbal e o não-verbal. Ao usar a imagem, a escola procura dificultar a polissemia, que é de sua natureza, utilizando-a como mera ilustração do escrito ou colocando-lhe legendas que conduzam a interpretação (*idem*, p.7).

Foram os três séculos de mudança intelectual, iniciada no século XV, que transformariam esses letrados – professores e escritores – em importantes personagens no processo de valorização, e por que não, de uma auratização do livro tipográfico. O primeiro movimento responsável pelo reconhecimento do trabalho intelectual realizado na Europa foi o Renascimento e o humanismo que surgiu como elemento que o integrava. Os humanistas renascentistas criticavam o saber convencional que vigorava nas universidades por meio dos escolásticos, o grupo de teólogos e filósofos que dominavam o meio acadêmico no início do século XVI. Esse grupo de intelectuais do Renascimento criaria as academias, estabelecimentos que tinham como objetivo a promoção de debates fora do ambiente universitário. Por volta de 1600, aproximadamente 400 academias haviam sido fundadas somente na Itália. Nelas se ensinava um currículo menos tradicional do que o das universidades; elas estavam mais voltadas para um público de homens de negócios, e menos para os nobres, que eram maioria na universidade.

A Revolução Científica é o segundo movimento ligado à consolidação dos intelectuais europeus e ocorreria a partir do século XVII. Tinha como objetivo incorporar conhecimentos alternativos ao saber estabelecido. Saberes como a química ou a botânica passam a receber atenção dos estudiosos. Uma série de intelectuais viria a criticar o trabalho realizado nas universidades, chegando ao ponto de classificar a filosofia escolástica como preocupada com “especulações inúteis e estéreis”. Este movimento se tornaria responsável pela criação de sociedades científicas, além do desenvolvimento de organizações de fomento à pesquisa.

A partir desse momento já se notaria uma consciência crescente da necessidade de buscas para que o conhecimento fosse sistematizado. Os governantes passariam a apoiar os sábios: “pagavam salários para que realizassem investigações, permitindo que seguissem carreiras fora das universidades pelo menos em tempo parcial” (Burke, 2003, p.49).

E finalmente o Iluminismo aparece como o terceiro movimento em que os letrados aparecem engajados, principalmente na França, em reformas de cunho social, político e econômico. Organizações ainda menos formais como os salões e os cafés teriam papel de destaque na comunicação das idéias durante o Iluminismo. Eram nesses ambientes que se operava o projeto iluminista. Essas instituições permitiam o encontro entre as idéias e os indivíduos. Peter Burke ressalta a importância da imprensa que atuaria de forma indireta, mas crescente, na vida intelectual, contribuindo para a “difusão, coesão e poder da comunidade imaginada da República das Letras” (*idem*, p.51).

Em 1784, escrevia Immanuel Kant sobre o movimento iluminista:

O Iluminismo é a saída do ser humano do estado de não-emancipação em que ele próprio se colocou. Não-emancipação é a incapacidade de fazer uso de sua razão sem recorrer a outros. Tem-se culpa própria na não-emancipação quando ela não advém de falta da razão, mas da falta de decisão e coragem de usar a razão sem as instruções de outrem. *Sapere aude!* (Ouse saber!).

O Iluminismo ou Esclarecimento, portanto, foi um movimento intelectual surgido na segunda metade do [século XVIII](#) (o chamado “século das luzes”) que enfatizava a razão e a [ciência](#) como formas de explicar o [universo](#).

Na passagem para o século XVIII, uma mudança estrutural no formato dos livros deixaria claro que muitos deles não seriam utilizados a partir dali somente como leitura intensa: o surgimento e a proliferação de índices remissivos e sumários nas obras demonstram que o livro passaria a tornar-se também objeto de consulta – como obras de referência. Certos tipos de livro eram organizados de maneira a resistir a tentativas de lê-los do princípio ao fim, como os atlas e os dicionários.

Uma obra de referência pode ser definida como um livro que não se destina a ser lido “de fio a pavio”, mas a ser “consultado” por alguém que “passa os olhos” ou “se refere” a ele em busca de peça específica de informação, um atalho para o conhecimento (Burke, 2003, p.164).

Nesse período, as enciclopédias se tornaram mais numerosas, maiores, mais pesadas e mais caras. A sua compilação começava a aparecer como um ofício especializado. O contrato de Diderot em 1747, por exemplo, lhe garantiria 7.200 libras para editar a Enciclopédia. A propagação da pesquisa e da escrita coletivas era uma tendência.

Nos primórdios da Europa moderna, o conhecimento estava ligado cada vez mais intimamente ligado à produção via impressão, e isso levou a um sistema de conhecimento mais aberto. A invenção da prensa tipográfica efetivamente criou um novo grupo social com interesse em tornar público o conhecimento. O mercado de informações cresceu em importância ao longo do período. Até mesmo o conhecimento “puro” ou acadêmico foi afetado por essa tendência (*idem*, p.158).

3.2

A Enciclopédia

O ápice do Iluminismo foi a edição da *Enciclopédia*, que depois acabaria sendo reconhecida como o grande empreendimento intelectual iluminista. Editada por [Jean le Rond d'Alembert](#) e [Denis Diderot](#), compreendia 28 volumes, 71.818 artigos e 2.885 ilustrações. D'Alembert deixou o projeto antes do término, sendo os últimos volumes obra de Diderot. Muitas das mais notáveis figuras do Iluminismo francês contribuíram para a obra, incluindo [Voltaire](#), [Rousseau](#), e [Montesquieu](#). Os escritores da Enciclopédia a viam como a destruição das superstições e o acesso ao conhecimento humano.

O ideal de sua realização foi de inspiração socrática: somente os ignorantes poderiam ser maus. A prática do bem estaria ligada ao conhecimento; se conhecemos mais, nos tornamos mais virtuosos. Como diria D'Alembert nos *Éléments des Sciences*, é necessário transmitir informação para produzir “um maior número de juízes esclarecidos”. No Discurso Preliminar (1751), escreveria:

A obra que agora começamos (e que desejamos terminar) tem dois objetos: como *Encyclopédie* ela deve expor, tanto quanto possível, a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humano; como *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, deve conter, sobre cada ciência e sobre cada arte, seja liberal seja mecânica, os princípios gerais que estão na sua base e os detalhes mais essenciais que fazem o seu corpo e a sua substância.

Para Robert Darnton, em *O Iluminismo como negócio* – livro dedicado à análise do que foi o projeto da Enciclopédia de Diderot e D’Alembert –, esta obra se baseava em “uma tentativa de mapear o mundo do conhecimento segundo novas fronteiras, determinadas única e exclusivamente pela razão” (p.19-20), isto é, tinha o objetivo de medir a atividade humana com padrões racionais.

Diderot, na Enciclopédia, e Rousseau, ambos durante o século XVIII, demonstrariam o seu apreço pelos livros em críticas que fariam à imprensa periódica daqueles tempos. Diderot reforçaria os objetivos da Enciclopédia, criticando os jornais: “Todos esses papéis [os jornais] são o alimento dos ignorantes, o recurso dos que querem falar e julgar sem ler, o flagelo e o desgosto dos que trabalham. Nunca levaram um bom espírito a produzir uma boa linha, nem impediram um mau autor de fazer uma obra má”. Em 1755, Rousseau diria: “O que é um livro periódico? Uma obra efêmera, sem mérito e sem utilidade, cuja leitura, negligenciada e desprezada pelos letrados, só serve para dar às mulheres e aos tolos vaidade sem instrução”.

Tanto na grandiosidade da Enciclopédia, com sua quantidade expressiva de volumes para a época, como nos objetivos que foram arrazoados pelos próprios editores para publicá-la é possível notar a valorização do livro impresso, como meio de transmitir conhecimento.

Concorreu para isso uma mudança fundamental na concepção de conhecimento na primeira metade do século XVII: uma nova visão do conhecimento como cumulativo. Em 1605, Francis Bacon publicaria seu livro *O avanço do conhecimento*. Nele e em outros títulos de sua autoria, o filósofo e ensaísta britânico faria uso de uma imagem chamativa que simbolizava seu desejo de transformar a sociedade: a de um “mundo intelectual”, ilustrado pela figura de um globo e um barco velejando em busca de novas “possessões”.

O “avanço do conhecimento” foi contido, de início, pelo alto custo que se pagava para ter acesso à Enciclopédia, o que impôs um limite à sua difusão, por

ter permanecido acima do poder aquisitivo de camponeses e artesãos. Mas, de edição em edição, a Enciclopédia teve seus custos de produção reduzidos, com diminuição do formato, do número de ilustrações e da qualidade do papel de impressão, permitindo a ampliação progressiva de assinantes, e demonstrando a imagem que Bacon havia construído de “avanço do conhecimento” na Europa.

Na verdade, a Enciclopédia era em si um compêndio do conhecimento, para usar as palavras de Robert Darnton, e esse foi um dos principais argumentos para a sua venda. Um trecho da carta escrita por um dos sócios do empreendimento para outro era revelador das razões pelas quais um indivíduo setecentista compraria os livros que compunham a publicação: “É preciso começar por distinguir e classificar sob duas classes todos aqueles que se abasteceram conosco: uns são homens de letras ou curiosos de instruir-se com a ajuda dessa compilação; os outros foram guiados apenas por uma espécie de vaidade, vangloriando-se de possuir uma obra tão renomada” (Darnton, 1996, p.207).

A aquisição dos volumes da Enciclopédia era muitas vezes confundida com o conhecimento que a leitura dos seus livros poderia transmitir. A sua disposição em estantes demonstrava “a excelência de seus possuidor em três aspectos: como um homem de bom gosto, um homem culto e um filósofo” (*idem, ibidem*).

Esse livro, a Enciclopédia, adquiriu a importância de Livro. Ele não era apenas um objeto a ser comprado como tantos outros que surgiam com a modernidade. Ele era veículo do conhecimento; apresentava-se dessa forma. Transmitia os ideais do Iluminismo: “a obra representava algo maior do que ela própria, um movimento, um princípio. Converteu-se na corporificação do Iluminismo” (Darnton, 1996, p.401).

“Não há saber novo que se exprima fora do livro” (*idem, p.259*). Essa foi a síntese do momento do livro impresso no século XVIII com o Iluminismo, no entender de Jean-Marie Goulemot, quando discute o crescimento vertiginoso do impresso e a difusão cada vez maior do livro naquele período.

O livro é rei. A ele se prende todo um imaginário, que o século XVII já tinha sugerido: ele é o veículo privilegiado do saber – quem poderia duvidar disso? – pois a escritura fixa para sempre a verdade e parece fugir – apesar das afirmações

de Rousseau sobre as virtudes enganadoras, suas ambigüidades – aos riscos da palavra, incerta e flutuante, constantemente ameaçada, mas ele é também o meio de uma subversão pela qual as almas se perdem e as instituições se desfazem.

Nesse sentido, o livro iluminista é detentor de uma aura, não mais decorrente do fato de ser suporte de textos sagrados, mas, ao contrário, por veicular conhecimentos conquistados pela razão humana. Razão, que, como assinala Castoriadis, será mitificada, tomando o lugar de Deus. O livro é portador da “luz” contra as trevas do “obscurantismo religioso”. A importância do livro, o seu valor, escapa à inserção no mercado, não está atrelado somente à venda. Mesmo porque adquirir uma Enciclopédia significava muito mais do que apenas ter mais um livro, entre tantos outros, para distrair-se. Robert Darnton afirma: “A Enciclopédia era, em si mesma, uma biblioteca”.

Esta sua aura, como um livro, seria novamente presentificada no “*Avertissement des nouveaux éditeurs*” do seu primeiro volume:

Os dois editores que conceberam o projeto da Enciclopédia fizeram dela a biblioteca do homem de bom gosto, do filósofo e do erudito. Esse livro nos dispensa de ler quase todos os outros. Seus editores, iluminando o espírito humano, surpreendem-no com frequência pela imensa variedade de seus conhecimentos, e mais frequentemente ainda pela novidade, a profundidade e a ordem sistemática de suas idéias. Ninguém conheceu melhor do que eles a arte de elevar-se das conseqüências aos princípios, de destacar a verdade da miscelânea dos erros, de prevenir contra o abuso das palavras, que é a sua principal fonte, de poupar esforços à memória que recolhe as idéias, à razão que as combina, à imaginação que as embeleza (Darnton, 1996, p.206).

Os editores da Enciclopédia afirmam nessa nota ao primeiro volume que esse compêndio tem como um dos seus objetivos “iluminar o espírito humano e surpreendê-lo”. Esta assertiva se relaciona com os próprios ideais do Iluminismo, mas também sugere que a aquisição da Enciclopédia e seu uso social pelo indivíduo associam-se a um culto dessa obra, no que ela representaria em termos da valorização do conhecimento.

Como Benjamin teoriza em *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, assim como as mais antigas obras de arte surgiram a serviço de um ritual – mágico, depois religioso – e a inserção delas na tradição se traduziu por meio do culto, a Enciclopédia poderia manter uma aura, como ocorria com as obras antigas, não pela sua unicidade, mas se considerarmos a ciência como possuindo

uma função ritual moderna, já que “o modo de ser aurático nunca se destaca completamente de sua função ritual” (Benjamin, 1985, p.171).

3.3

As bibliotecas

Se a Enciclopédia encarnava o ideal de avanço do conhecimento como um “ritual” moderno, e se Francis Bacon idealiza um mundo do conhecimento para ser explorado e conquistado por “embarcações” ávidas por livros, nesse sentido as bibliotecas se apresentariam como o templo e o porto onde esses fiéis em seus barcos precisariam atracar e das quais se utilizariam para abastecer-se.

Universidades, centros de pesquisa, academias, os intelectuais de um modo geral vão recorrer às bibliotecas para aprofundar seus conhecimentos, ou saber mais, uma vez que o acúmulo de informações era considerado o ideal de conhecimento. A biblioteca, sem dúvida, cresceu em importância com o advento da prensa tipográfica. Dentro das universidades, ela rivalizaria com a sala de conferências.

Robert Darnton, em um artigo a *Folha de S. Paulo*, em 2001, resumiria a importância das bibliotecas nas sociedades:

Bibliotecas. Vistas de dentro de grandes monumentos, elas parecem indestrutíveis. Mas, de fato, a história mostra que bibliotecas estão sempre sendo destruídas, e cada vez que uma biblioteca vem abaixo muito da civilização desaba com ela. A Biblioteca de Alexandria parecia que iria durar tanto quanto as pirâmides e, de fato, sobreviveu quase um século, mas, quando foi destruída, perdemos a maior parte da informação então disponível sobre a Grécia antiga, 700 mil volumes. Perdemos o maior repositório de conhecimento sobre a Europa medieval quando Monte Cassino foi bombardeada na Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, a destruição da Biblioteca Nacional do Camboja pelo Khmer Vermelho deu cabo do maior estoque de informações sobre a civilização cambojana (Darnton, 2001).

Portanto, o poder das bibliotecas não se situa apenas no mundo das palavras e no conhecimento que o indivíduo pode obter por dela servir-se para acumular ou adquirir novos conhecimentos. O domínio da memória escrita e da acumulação de livros cumpriram sempre significações políticas: “Eles [os livros]

são signo e instrumento de poder. Poder espiritual da Igreja. Poder temporal dos monarcas, dos príncipes, da aristocracia, da nação e da república” (Baratin e Jacob, 2000, p.14).

Desde o fim da Idade Média, o Antigo Regime construiu inúmeras “bibliotecas reais”, que tinham a finalidade não apenas de deleite para o monarca, mas de utilidade para o público. Em 1627, Gabriel Naudé, um precursor da biblioteconomia no século XVII, afirmaria que não existia naquela época um meio mais honesto e seguro de adquirir fama do que construir bibliotecas e oferecê-las ao público. “Grandes reis gostaram e procuraram particularmente acumular grande número de livros e mandar construir bibliotecas muito curiosas e bem providas” (p.184).

Ainda no século XVIII, um livro impresso poderia vir a ser dedicado por seu autor ao seu soberano. Essa constituía uma das melhores formas de captar a benevolência real. Geralmente, a dedicatória ao príncipe ocorria em relação a um livro em particular, que iria enriquecer suas coleções. Francisco I, em torno de 1520, fundaria uma nova “livraria” real em Fontaineblau e pediria em seguida o depósito de um exemplar de todas as “obras dignas de serem vistas”. A razão de se constituírem bibliotecas nos reinos, na maioria dos casos, ultrapassava os interesses pessoais dos monarcas. Elas se tornaram “centros de salvaguarda, que protegem do desaparecimento todos os livros que não merecem”, como explica Roger Chartier (1994, p.184).

Mesmo que a reprodutibilidade técnica tenha reduzido a importância de cada exemplar de um título – já que uma mesma obra poderá quase infinitamente impressa –, as bibliotecas conseguiram constituir-se como a memória viva das sociedades letradas, tanto das anteriores como das posteriores à imprensa. Além disso, elas se tornaram centros de estudos, locais da sociabilidade culta e de troca de informações e idéias, além de serem lugares de leitura. Para os monges medievais, produtores culturais daqueles tempos, o respeito se estendia ao próprio lugar em que se efetua a escritura, em que se conservavam seus produtos. “Do século IX ao XV os testemunhos se sucedem; o cuidado que se dedica à conservação dos livros chegará até a atrapalhar as consultas” (Zumthor, 1993, p.112).

O sonho de uma biblioteca que reunisse todos os saberes acumulados, todos os livros escritos, permeou a história do Ocidente. Este sonho foi pela primeira vez idealizado por Ptolomeu Sóter, quando em 306 a.C. começa a construir a famosa Biblioteca de Alexandria. Esta importância que Alexandria adquiriria residia menos na monumentalidade da biblioteca como projeto arquitetônico, e mais na decisão, política e intelectual, de reunir em um único espaço físico todos os livros da Terra. Essa intenção marcou provavelmente o início do diálogo entre culturas. Foi em Alexandria que se inaugurou a primeira política de traduções, sendo a mais célebre entre as realizadas a dos cinco livros do Pentateuco, a Torá, o Livro Sagrado dos judeus. Essa política, segundo Christian Jacob,

é de fato a expressão de uma vontade simbólica de poder, em que Alexandria, novo centro do mundo, afirma seu domínio sobre a totalidade do mundo habitado, até seus confins, querendo se apropriar de todos os traços escritos por todos os povos, em todas as línguas e em todos os lugares, e traduzindo-os para o grego, isto é, importando-os e aculturando-os no espaço lingüístico, cultural e mental do helenismo (Baratin e Jacob, 2002, p.49).

3.4

Livro e poder

A idéia de que os livros são investidos de poder ou conferem poder aos seus proprietários é um legado que trazemos conosco desde sociedades arcaicas. O imperador romano Tibério, antes da Era Comum, haveria mandado queimar as *Histórias* do senador-historiador Cremutius Cordus: “Quanto a seus livros, os senadores encarregam os edis de queimá-los, mas eles subsistiram, escondidos e depois publicados” (Canfora, 2003). Ovídio, poeta perseguido por Augusto, teve que deixar Roma e seus livros foram excluídos da biblioteca pública.

Os livros, ao longo da história, se associaram com o poder em duas vias. Foram utilizados como forma de demonstrar o poder político dos soberanos quando imperadores e reis patrocinavam a criação de bibliotecas e numerosos acervos, mas também quando estes mesmos mandatários exerceram um controle (para mais ou para menos) rigoroso sobre a circulação dos livros, cerceando a plena divulgação das obras, censurando-as.

Claude Lévi-Strauss, no livro *Arte, linguagem, etnologia*, relacionava o aparecimento da escrita à divisão das sociedades em castas:

Quando perguntamo-nos à qual grande fenômeno social a aparição da escrita se encontra ligada, sempre e em todos os lugares, concordamos, creio, que a única realidade concomitante foi o aparecimento de fissuras, de clivagens, correspondendo a regimes de castas ou classes, pois a escrita surgiu em seus primórdios como meio de submissão de homens a outros homens como meio de comandar homens, e de apropriar-se das coisas (Charbonnier, 1989, p.56).

Lévi-Strauss acredita que “talvez não seja fortuito” em que justamente nas sociedades onde surge a imprensa, e ocorre uma mudança de ordem de grandeza do papel da escrita na vida social, a arte se torne “coisa de uma minoria que nela procura um instrumento ou uma forma de desfrute íntimo” (Charbonnier, 1989, p.57). O consumo de livros seria, portanto, um privilégio de uma minoria que teria acesso a eles e poderia adquiri-los para seu deleite privado.

Por outro lado, segundo Marco Antônio de Almeida (2001), “o imaginário do qual o livro é o portador se articula como espaço de prazer e liberdade; utopia muitas vezes solitária, independente das mediações ideológicas – fator que o torna um dos meios de subversão mais eficazes e, portanto, mais perseguidos”. De 213 a.C., época em que o imperador chinês Houang-ti (o mesmo responsável pela construção da Grande Muralha) mandou queimar todos os livros até o 10 de maio de 1933, dia em que a polícia nazista queimaria livros de oponentes ao regime nazista em praça pública, a história esteve sendo escrita, mas muitas vezes reescrita, quando não perdida, em momentos como esses, em que os livros – considerados os objetos-memória da sociedade letrada – sofreram com perseguição, censura e destruição.

Na França do século XVIII, caracterizada pelo Iluminismo e que tinha Paris como a capital das Luzes e o grande centro da edição legal, os livros que fossem impressos fora das condições aceitas pelo monarca eram censurados. O mundo da edição parisiense se submetia à concessão do privilégio. E o que era esse privilégio?

Apenas 36 mestres-impressores e uma centena de livreiros detinham o privilégio de poder editar, imprimir e comercializar livros naquele período.

Portanto, tratava-se de um privilégio no sentido estrito da palavra. No final de qualquer livro impresso, havia a reprodução da carta do privilégio concedida pelo rei ou carta de aprovação dos censores legais. Para que um livro obtivesse esse *status* de oficial, deveria percorrer uma longa burocracia: a Direção do Comércio de Livros, a Chancelaria e a Câmara Sindical da Comunidade dos Livreiros e Impressores. De acordo com Robert Darnton (1992), “graças à censura, à polícia e ao monopólio da comunidade dos livreiros e impressores de Paris, quase todos os livros que inovaram em literatura e filosofia eram editados fora da lei” (p.37).

Os vendedores ambulantes ou mascates, como os chamavam os livreiros, foram agentes fundamentais para a difusão dos livros proibidos. A polícia se preocupava com a ação desses agentes. Os inspetores acusavam o mascate Gille, um dos contraventores da época, de ser um dos responsáveis por disseminar

livros contra os costumes e contra a religião, que são grandes objetos do comércio desse homem, pelos quais ele me parece no centro de todas as manobras e fraudes. Não posso duvidar de que ele se envolva com os livros que não respeitam nada... (*idem, ibidem*)

Tratados de filosofia libertária, libelos políticos ultrajantes, crônicas escandalosas e romances pornográficos eram os livros entre os mais vendidos da clandestinidade na França. Portanto, a afirmação de McLuhan (1977) de que “o poder intensamente centralizado e unificado só se tornou possível com a mecanização da escrita” (p.115) tem seu contraponto no movimento de circulação de livros clandestinos que, de uma forma ou de outra, iam contra à ordem estabelecida.

3.5

O homem moderno e o livro

Joan DeJean, em *Antigos contra modernos*, se debruçou sobre o tema da “invenção do público para a literatura”. Para que o século XVIII pudesse verificar esse intenso comércio de livros (tanto oficialmente quanto de forma clandestina), o século anterior presenciava o surgimento de um público, no sentido moderno desse termo, de audiência, para a literatura. O desenvolvimento da esfera pública

se tornaria então devedor do crescimento em importância da indústria editorial, da cultura impressa, para o seu pleno estabelecimento. Como afirmaria a autora: “enquanto qualquer crescimento potencial de uma audiência teatral só poderia ser limitado, o tornar público associado com a nova possibilidade de leitura e os novos gêneros com o poder de atrair novos leitores, teoricamente, não possuía limites” (DeJean, 2005, p.70).

Jürgen Habermas foi um dos principais defensores da idéia largamente aceita de que a esfera pública é um projeto iluminista, estabelecida como fenômeno burguês, “quando indivíduos privados começaram a fazer uso de raciocínio no terreno literário” (*idem, ibidem*). O próprio termo publicação passaria a designar “livro, folheto, revista ou qualquer obra impressa para divulgação”, e público, o “conjunto das pessoas atingidas por um veículo de comunicação” (Barbosa e Rabaça, 2001, p.485). Segundo a teoria de Habermas, a esfera pública literária esteve na origem de uma nova esfera pública democrática, na qual toda autoridade passa a estar sujeita ao exame crítico da opinião pública.

O desenvolvimento da opinião pública fez com que se tornasse cada vez menor o poder do Estado ou da Igreja sobre a publicação de livros e, conseqüentemente, sobre a circulação das idéias. Para Chartier (1991), a vida familiar, a sociabilidade do convívio e o isolamento individual constituem os três pilares da vida ocidental, em que a leitura é de vital importância. O homem moderno, individualizado, passaria a fazer da leitura um dos hábitos mais desenvolvidos por ele no decorrer da modernidade. Habermas (1984, p.62) relacionou a leitura de romances em voz alta nos saraus literários com a publicização da subjetividade desse homem moderno. Os salões representavam o espaço fora dos ambientes privados, em que os indivíduos se aglutinavam em um público, constituindo-se no espaço de mediação entre a esfera privada e a esfera pública. A leitura de livros funcionava como mediadora entre as duas esferas. O homem moderno constitui a sua personalidade, forma o seu intelecto, a partir dos livros e das mensagens neles inscritas por outros indivíduos isolados, e a partir daí o prestígio do livro só cresceria. A aura do livro impresso, moderno, estaria presente na tradição que este objeto funda quando do momento de seu “culto” pela sociedade ocidental. Assim como Benjamin acreditava que a aura de um objeto residiria em seu valor de culto, na tradição a que o objeto remeteria, à sua

autenticidade, o livro moderno, impresso em escala industrial, construiria na sua modernidade a sua tradição; a sua autenticidade estaria ligada ao progresso social, às mudanças na esfera social que ele protagoniza, tornando-se um dos responsáveis pela construção do projeto moderno.

O teórico do consumo Colin Campbell, em *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*, aponta uma mudança no ser humano em sociedade que viria a alterar de modo decisivo a relação do homem com o mundo, e que conseqüentemente abriria o caminho para o industrialismo e o consumo: o fim da manipulação simbólica coletiva da emoção. Nos tempos modernos, as emoções deixaram de localizar-se no mundo e passaram a originar-se dentro do indivíduo. Até a Idade Média, “palavras como ‘medo’ e ‘alegre’ não denotavam sentimento localizado dentro de uma pessoa, mas atributos de acontecimentos externos, referindo-se ‘medo’ a uma acontecimento repentino e inesperado e ‘feliz’ a uma peculiaridade de coisas como o dia ou a ocasião” (Campbell, 2001, p.106).

Segundo o autor, esta desemocionalização do mundo e a introjeção da emoção como interior ao homem foram os prerequisites para o que ele denominou o hedonismo moderno, conceito que cunha para justificar o consumismo moderno. Até a Era Moderna, os prazeres eram obtidos com a satisfação de carências. Quando se tinha fome, o simples ato de comer já era considerado uma atividade prazerosa, na medida em que aliviava a sensação desagradável de estômago vazio. Este era o retrato do que Campbell convencionou chamar de o hedonista tradicional.

O hedonismo moderno, ao contrário, só tem condições de existência em sociedades onde a satisfação das carências torna-se um acontecimento regular. O homem então deslocou a sua preocupação das sensações para as emoções. “Crenças, ações, preferências estéticas e respostas emocionais já não eram ditadas automaticamente pelas circunstâncias, mas ‘determinadas’ pelos indivíduos” (Campbell, 2001, p.109).

É neste mundo governado pelo prazer, localizado na individualidade de cada homem, que o gosto próprio a cada um é capaz de desenvolver-se e, então, se é possível entender o porquê de, na Era Moderna, as sociedades haverem sentido a necessidade da produção industrial de diferentes objetos para o consumo. “Uma esfera de intimidade se cria entre o leitor e o texto, na qual o intercâmbio se

intensifica enquanto o contexto exterior se distancia e se apaga” (Zumthor, 1993, p.106). Foi neste contexto que o termo escrever passaria a ter a conotação de compor uma obra, um texto, um livro.

Neste sentido, compreendemos por que o livro se tornaria um objeto/produto tão consumido tempos depois, na Revolução do Consumo na Inglaterra do século XVIII, objeto de estudo de Campbell. Ele não atém sua análise ao consumo de livros genericamente; prefere estudar o romance, já que este se constituiria como o gênero literário que atingiria o maior consumo pelas classes médias letradas burguesas. O “romance” havia surgido por volta de 1160-70, na junção da oralidade com a escritura. Mas só se desenvolveria plenamente por meio da última. Segundo Zumthor (1993, p.267), o romance permite a crítica pessoal do ouvinte, envolvendo-o em uma busca de sentido, irrealizável sem a intervenção do escrito. “O consumidor moderno desejará um romance em vez de um produto habitual porque isso o habilita a acreditar que sua aquisição, seu uso, podem proporcionar a ele experiências que ele, até então, não encontrou na realidade”. Está aí, portanto, a razão pela qual Campbell destaca a produção crescente de romances modernos e o aparecimento de um público leitor de ficção como uma das características principais da revolução do consumo no século XVIII. Para ele, a prática visível do consumo de romances, entre outros livros, por exemplo, é justificada pelo modelo hedonista que se instaura com a modernidade. McLuhan (1977) sentencia: “o caráter portátil do livro, à semelhança do cavalete do pintor, muito contribuiu para o novo culto do individualismo” (p.280).

O livro aparece na modernidade com uma dupla função: fonte de informação ou de conhecimento e ao mesmo tempo capaz de oferecer o lazer ao homem moderno. “A cidade constitui um universo cultural original, onde a escrita representa algum papel mesmo para aqueles que não a decifram” (Chartier, 1996, p.177). No fim do século XVII, em Paris, 85% dos homens e 60% das mulheres eram capazes de assinar seus próprios testamentos. De acordo com o sociólogo, professor da Universidade de Paris, a posse do livro aumenta para todos, mas segue uma hierarquia: a das fortunas e a das qualificações. Mesmo que a leitura média sofra um incremento, permanece baixo o índice relacionado às camadas inferiores. O mundo urbano passou a ser consumidor de livros, que não seriam

mais monopólio dos que “administram a cidade e as almas” (*idem*, p.197). O que esta última afirmação quer dizer?

Que, por volta do ano 1200, a escrita se secularizava em sua utilização notarial, comercial e jurídica. Que, entre o século XII e XIV, o número bruto de leitores havia crescido significativamente, mas por motivos pragmáticos, já que a escritura se fazia presente nas cortes dentro das áreas administrativa e contábil. À essa época, os príncipes já estavam de acordo a respeito dos poderes da leitura e da escritura: o saber de um nobre deveria comportar a capacidade de ler todas as línguas (Zumthor, 1996, p.108). Mais tarde, a formação maciça da consciência nacional coletiva foi somente possível, segundo McLuhan (1979), graças à ação da tipografia, “na medida em que a língua vernácula se fazia visível, centralmente importante e unificada pela ação da nova tecnologia [a tipografia]” (p.271).

O nacionalismo deve em grande parte ao livro impresso a sua existência, pois depende ou deriva de um ponto de vista fixo, que nos chega com a palavra impressa. Esta é eficaz em “permitir a visualização da língua vernácula e, depois, em criar aquele modo homogêneo de associação que viria tornar possíveis a indústria moderna, os mercados e o gozo visual da condição, do *status* nacional” (McLuhan, 1979, p.301). Os espanhóis, por exemplo, enxergaram no livro impresso um instrumento para a atividade militante da Contra-reforma. Na Inglaterra do século XVI, o aprimoramento e adorno da língua materna eram considerados como o próprio fim da literatura. O texto impresso haveria permitido, no entender de McLuhan, a confrontação visual direta dos estilos antigos em toda a sua fixidez e imobilidade. Os humanistas teriam se surpreendido ao notarem que o modo como eles pronunciavam oralmente o latim diferia sobremaneira do modo clássico de uso dessa língua. Tomaram então a decisão de ensinar o latim por meio da página impressa: “a tipografia estendeu seu próprio caráter à regularização e fixação das línguas” (McLuhan, 1977, p.309).

Já a administração “das almas” não era mais um monopólio exercido pela Igreja, que até a invenção da prensa tipográfica era detentora do controle sobre o conhecimento em duas vias: era a responsável pelos maiores acervos literários de então, assim como os leitores daquela época eram os membros do clero, uma vez que somente eles haviam sido alfabetizados. A Reforma protestante, em conjunto

com a expansão das tipografias européias, propiciou a multiplicação das Bíblias na Europa e sua compra pelo homem moderno burguês.

A Bíblia até o século XVI era escrita apenas em hebraico ou aramaico. Era conhecida, portanto, pelos poucos letrados da Igreja, que traduziam os textos para os fiéis ignorantes. A mediação com o divino era realizada por meio da Igreja, dos clérigos, únicos capazes de interpretar a Bíblia.

Martinho Lutero, artífice da Reforma, discordava do monopólio do saber bíblico por parte do clero. Foi o responsável pela tradução do texto da Bíblia para o alemão, pois defendia que todo fiel tinha o direito de ler e conhecer as palavras do Livro Sagrado, sem necessidade de intermediação da Palavra de Deus.

Com isso, o livro impresso passaria por um processo de sacralização, já que se tornava o meio de acesso direto ao transcendente. As escrituras sagradas em papel libertaram o crente da dependência em relação a um saber clerical. Com a posse da Bíblia – única fonte de verdade divina –, cada homem deveria interpretá-la de acordo com a sua consciência e capacidade: é o reinado da razão. Segundo o princípio luterano, a autoridade deriva apenas da Bíblia. A ligação com o divino podia ser estabelecida diretamente pelo homem na leitura do Livro Sagrado, hoje o livro mais impresso e lido no mundo.

A leitura individual da Bíblia e as interpretações do homem moderno para o Livro Sagrado, conquistas advindas da Reforma, prepararam o terreno para a expansão, a partir daí sem fim, do mercado editorial. Até esse momento, o livro ainda competia com a voz. O texto, mesmo o impresso, era oralizado pelo sacerdote, que religava o homem a Deus. Com a liberdade adquirida pelo homem de interpretar os textos, os livros impressos se disseminariam por todo o mundo.

Não é inteiramente evidente por si mesmo, hoje em dia, que a tipografia iria ser ao mesmo tempo o instrumento e a oportunidade para o individualismo e a auto-expressão pessoal na sociedade. Que tivesse sido o meio para a promoção de hábitos de propriedade particular, de vida privada, e de muitas formas de ‘encerramento’ talvez o fosse. Mais óbvio, entretanto, é o fato de ser a publicação impressa o meio direto para conduzir à fama e à perpetuação do nome. Pois, até o advento do filme moderno, não havia no mundo nenhum meio que se comparasse ao livro impresso, para a propagação da imagem de um homem privado (McLuhan, 1977).

A prática de multiplicar textos literários por meio da tipografia produziu uma profunda mudança em nossa atitude para com o livro e em nossa apreciação e valorização das diferentes atividades ligadas à produção literária.

Este será o principal tema do capítulo seguinte. A partir da análise de algumas práticas e rituais do mercado editorial brasileiro atual, da produção e do comércio de livros – que desde o século XVIII se instauraram primeiro na Europa com vigor e sob a forma industrial, buscaremos compreender como os homens modernos apreciam e valorizam, atualmente, o produto livro. Esta aura que surge com os poderes que foram associados à escrita (com o Livro Sagrado) e que reapareceria na modernidade, relacionada ao saber, ao conhecimento que seria oferecido por meio desse objeto – questionamos – chegaria ao século XXI como um elemento inseparável do livro, ainda que este não seja mais único, uma vez que é reprodutível tecnicamente, em larga escala? O livro impresso, moderno, mesmo sendo um produto no mercado, pode ainda conter uma aura, que o diferencia dos demais produtos culturais?